

RESENHA

FASSIN, Didier. *Por una repolitización del mundo: las vidas descartables como desafío del siglo XXI*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2018. 232p.

Marcus Cardoso¹

Carolina Barreto Lemos¹

¹Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP, Brasil

A antropologia política da *vida* proposta por Didier Fassin explora as articulações entre moralidades, corpos, *vidas* e política, como é possível observar no livro *Por una Repolitizacion del Mundo*, publicado em língua espanhola no ano de 2018. O livro reúne um conjunto de estudos realizados ao longo de uma década acerca de temas como razão humanitária; os intoleráveis nas sociedades ocidentais e tradicionais; pedidos de asilo e residência na França; as resistências políticas e as estratégias de pessoas negras portadoras de HIV na África do Sul; e os dispositivos de violências estruturais e políticas nestes contextos. A variedade temática e geográfica de suas pesquisas é costurada pelo entendimento de que a *vida* propriamente dita se constitui no núcleo da política, visto que ela governa as *vidas*, manifesta-se nos corpos e atua a partir de eleições morais.

O livro está organizado a partir de três eixos, dos quais *políticas da vida* é o primeiro. Interessado em jogar luz sobre as conformações morais que pautam as políticas nas sociedades ocidentais e o lugar desempenhado pela ideia vigente de *vida* hodiernamente, Fassin coloca em perspectiva as noções foucaultianas de *biopoder* e de *biopolítica* para, em seguida, propor superá-las pelas noções de *biolegitimidade* e *biodesigualdade* (Capítulo 1). No seu entendimento, não seria o controle sobre a *vida*, mas sua *sacralização* seria a pedra fundamental do mundo ocidental contemporâneo; capaz de mobilizar discursos, práticas e percepções diante da possibilidade de sua ameaça, tornando o corpo vivo o recurso mais eficaz nas demandas por direitos. Em um cenário como este, a *biolegitimidade* exprimiria melhor um universo em que a *sacralidade da vida* – ao invés da retórica dos direitos humanos – é o que sustenta e legitima as reivindicações dos indivíduos, as estratégias das organizações humanitárias e as políticas estatais, fazendo emergir uma nova forma de demandas por direitos na esfera pública baseada na *cidadania biológica*. Todavia, essa *sacralização* não exclui contradições, desigualdades e injustiças. Em cada sociedade, ocorrem eleições morais que expressam valores diferentes sobre a *vida* dos indivíduos, fazendo com que a ameaça à integridade de determinadas pessoas seja mais tolerável do que à de outras, o que Fassin nomeia de *biodesigualdade*.

O antropólogo apresenta sua agenda de pesquisa ao deslocar o interesse das tecnologias de controle sobre as populações para se concentrar



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.

naquilo que é seu objeto, dando ênfase às construções de significados e aos valores atribuídos à *vida* que essas políticas expressam, assim como às moralidades que as pautam (Capítulo 2). Para tal, Fassin refuta os modelos de Arendt, Agamben e Benjamin que, segundo seu entendimento, expressam um reducionismo binário que produz uma distinção artificial entre as dimensões biológicas e biográficas da *vida*, além de promoverem o desaparecimento dos sujeitos. Sua proposta, em oposição, permitiria ver que, mesmo em situações limites, os indivíduos não se comportam como vítimas passivas dos acontecimentos trágicos e dos abusos do Estado, mas como sujeitos de sua história, inclusive transformando suas *vidas* biológicas em instrumento político. Por isso, seria fundamental lançar mão de uma chave interpretativa capaz de articular essas duas dimensões da existência e a capacidade de ação dos sujeitos sociais.

No terceiro e no quarto capítulos, Fassin propõe lançar mão do que nomeia de *políticas do corpo* para analisar como os indivíduos se comportam e acionam seus corpos quando estão diante do Estado. Ele inicia apresentando fragmentos de suas pesquisas na França, uma sobre o processo de solicitação de auxílio financeiro por famílias em condições precárias e, outra, sobre o apelo de imigrantes por permissão de residência fundamentado na necessidade de tratamento médico devido a uma condição de saúde grave (Capítulo 3). Fassin se concentra nas formas como os solicitantes sustentavam seus pedidos e nas exigências do Estado para atendê-las, interessado nas práticas de juízo e nos princípios de justiça que emergiam e eram postos à prova em cenários onde as decisões dos agentes públicos repercutiam diretamente na *vida* de indivíduos em situação de vulnerabilidade. Mais especificamente, seu olhar se dirige à exigência de que os demandantes apresentassem por escrito as motivações de seus pedidos. Cartas que cumpriam o objetivo de convencer os avaliadores, a partir de argumentos emocionantes, da situação limite que experimentavam, expondo as misérias de suas existências e dos impactos disso em seus corpos. A partir disso, Fassin coloca em perspectiva os fundamentos morais dessa forma de governo da *vida* que obriga os indivíduos a passar pelo teste da verdade da história de seus corpos para que possam justificar suas existências sociais. Um processo que redobra a vitimização dos solicitantes e produz a socialização de indivíduos em uma relação de sujeição com o Estado francês.

O corpo não se encerra, entretanto, como um lugar da passividade. É através dele que se resiste aos abusos do Estado (Capítulo 4). Ao tratar das violências praticadas pelo Estado, Fassin resgata o postulado weberiano sobre os usos legítimos e ilegítimos da força no exercício do poder para sublinhar que, dentro do contrato social, caso este seja a fonte de injustiças e de violência não compactuada, os indivíduos podem se sentir compelidos a acionar meios diversos para tentar resistir a seus arbítrios. É justamente por meio do corpo, sublinha Fassin, que as pessoas resistem às injustiças e aos intoleráveis perpetrados no exercício do poder.

No curso do capítulo, Fassin também procura explorar as relações entre violência e verdade, mediada pelo corpo, interessado em pensar este último como lugar onde se nega ou se reafirma verdades dentro de processos políticos e/ou estruturais de violência, examinando os efeitos e rastros deixados nos corpos e se indagando sobre que tipo de verdade a sociedade e o Estado extraem deles. Aqui também são acionadas suas pesquisas sobre HIV na África do Sul e sobre os pedidos de residência na França para demonstrar como, no primeiro caso, o estado negou a verdade dos corpos das pessoas negras e, no segundo, como os corpos dos solicitantes foram convertidos em local de busca da verdade por meio de avaliações que os obrigavam a suplicarem pelo atendimento de seus pedidos. Fassin articula esses dois casos e aquele do jovem tunisiano como expressões da violência política, assim como da violência estrutural, sublinhando como esta última se refere a uma dimensão da violência que é menos visível e tangível do que a política, mas que deixa marcas mais profundas nos corpos, sendo visíveis apenas em episódios de resistência violentas.

Na última parte do livro, nomeada de *políticas da moral*, Fassin nos apresenta uma proposta provocadora e com grande potencial analítico: a antropologia dos intoleráveis nos estudos das sociedades ocidentais, das não ocidentais e das tradicionais (Capítulo 5). Por intoleráveis, ele entende as práticas que, dentro de um determinado universo de valores, ameaçam as ordens morais e são experimentadas como uma ofensa ao senso e à ética coletiva, mas não podem ser confundidas com as proibições morais. Ao longo do capítulo, ele se questiona sobre quais são seus fundamentos, sobre o que os antropólogos ocidentais consideram intolerável nas sociedades onde realizam suas pesquisas e sobre os intoleráveis ocidentais, suas rupturas e ambiguidades.

É justamente ao dirigir o olhar para o ocidente que a proposta de antropologia do intolerável se encontra com as reflexões de Fassin acerca da *biolegitimidade* e das *políticas da vida*. A integridade do corpo como objeto de sacralidade no ocidente fez com que sua violabilidade se convertesse em um intolerável que fere a ética coletiva. Concebido como intolerável, o exercício violento de poder sobre os corpos passou a causar mais indignação do que, por exemplo, qualquer tipo de arbitrariedade ou a percepção de violações de direitos. Todavia, essa sacralidade não seria igual para todos. Ultrapassados os fundamentos que sustentavam a escravização de pessoas – baseados no questionamento da humanidade dos não ocidentais – novas assimetrias foram construídas, agora dentro do entendimento da existência de uma humanidade comum a todos, mas que atribuem pesos diferentes ao valor das *vidas*. Trata-se da já referida *biodesigualdade*, onde os indivíduos são reduzidos à sua existência biológica e divididos entre aqueles que não devem, em hipótese alguma, ter seus corpos submetidos a experiência degradantes e aqueles cuja ofensa à integridade física seria tolerável. A *biodesigualdade* expressaria,

assim, uma hierarquização dos intoleráveis, em que se reconhece *vidas* consideradas sagradas e *vidas* que podem ser sacrificadas, em um novo rearranjo da formulação etnocêntrica que reestabelece o “nós” – aqueles que se deve esforçar para fazer viver – e o “eles” – aqueles que se pode deixar morrer. Fassin encerra o livro defendendo o uso do conceito de economia moral (capítulo 6) nos estudos dos intoleráveis que, junto com o relativismo cultural, permitiria superar tanto os riscos de uma perspectiva universalista etnocêntrica, quanto a suspensão do juízo de um relativismo moral, incluindo a dimensão política nos estudos da moralidade.

Para concluir, consideramos importante sublinhar que, pelos temas discutidos e soluções oferecidas, o livro representa uma importante contribuição à antropologia e sociologia da moral. Entretanto, a aplicação das suas propostas e chaves analíticas na realidade brasileira não deve ser feita de maneira automática e sem que se assumam alguns cuidados. Afinal, a noção de *biolegitimidade* pode enfrentar seus desafios quando acionada para pensar o nosso contexto. No Brasil, experimentamos situações que evidenciam que não estamos em um regime moral onde o que está em jogo é o deixar morrer, marca da *biodesigualdade*, mas, sim, a aniquilação do “outro”, o que pode ser identificado na retórica do atual Presidente da República e seus apoiadores na sociedade civil.

Submetido em: 03/06/2022

Aprovado em: 05/07/2022

Marcus Cardoso

marcuscardoso@unifap.br

Antropólogo, Professor do Programa de Pós-Graduação de Estudos em Fronteira da UNIFAP e coordenador do Laboratório de Estudos Etnográficos e Antropologia do Direito (LAET).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9109-4510>

Carolina Barreto Lemos

barretolemos@gmail.com

Doutora em Direito pela UNB, Pesquisadora vinculada ao Instituto de Estudos Comparados de Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), Coordenadora do Fórum Latino Americano de Antropologia do Direito (FLAD) no Brasil, membro do Laboratório de Pesquisa Cidadania, Administração de Conflitos e Justiça (CAJU/DAN/UnB) e vice-coordenadora do Laboratório de Estudos Etnográficos e Antropologia do Direito (LAET/UNIFAP).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2571-4961>